

CONSELHO DE MINISTROS

**Decreto - Regulamentar n.º 4/2007
de 29 de Janeiro**

O Decreto-Lei n.º 42/2006, de 31 de Julho, prevê que os sujeitos passivos da relação jurídico-tributária possam utilizar o sistema de facturação electrónica, desde que autorizados pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Esta medida, que se insere no contexto mais vasto da promoção do comércio electrónico, oferece novas oportunidades tanto para o sector económico, através da possibilidade de desmaterialização dos sistemas de facturação, como para a Administração Fiscal, mediante a introdução de novos métodos de controlo.

Atendendo ao cenário actual de constante renovação tecnológica, em especial na parte relativa às tecnologias de informação e comunicações, as condições de utilização da factura transmitida por via electrónica devem assentar em critérios independentes, tanto quanto possível, do ambiente tecnológico, de forma a evitar encargos excessivos para os aderentes, bem como obstar à cristalização dos sistemas informáticos de apoio e consequente obsolescência prematura.

Este propósito, no entanto, deve ser alcançado sem prejuízo da faculdade conferida à Administração Fiscal de acesso aos sistemas de facturação implantados, em termos que permitam, nomeadamente, o exercício sem restrições da actividade fiscalizadora.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 42/2006, de 31 de Julho, e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Objecto

O presente diploma estabelece as condições e os requisitos de utilização da factura ou documento equivalente transmitidos por via electrónica pelos sujeitos passivos de relação jurídico-tributária.

Artigo 2º

Conteúdo das facturas electrónicas

1. A factura ou documento equivalente transmitidos por via electrónica contêm os elementos previstos na legislação fiscal para a factura e uma assinatura digital aposta nos termos da lei.
2. É obrigatório manter a integridade do conteúdo da factura ou documento equivalente transmitidos por via electrónica, desde a sua emissão até ao termo do prazo previsto na lei para a sua conservação.

Artigo 3º

Sistema de facturação electrónica

1. A adopção de qualquer sistema de facturação electrónica deve garantir as seguintes funcionalidades:
 - a) A verificação, durante a emissão e recepção, da conformidade da estrutura da mensagem com os requisitos

- estabelecidos para a factura electrónica;
- b) A validação cronológica das mensagens emitidas como facturas ou documentos equivalentes;
- c) O armazenamento, em suporte informático, das facturas ou documentos equivalentes emitidos e recebidos;
- d) A constituição e armazenamento diário, em suporte informático, de um mapa recapitulativo sequencial das mensagens emitidas e recebidas e das anomalias eventualmente detectadas;
- e) O fornecimento, a pedido da Administração Fiscal, das facturas ou documentos equivalentes, emitidos ou recebidos, e dos mapas recapitulativos, representados em formato legível e facultados através do ecrã, em suporte informático e em papel;
- f) A manutenção da integridade, disponibilidade e autenticidade do conteúdo original das facturas e documentos equivalentes transmitidos por via electrónica, bem como o dos mapas recapitulativos;
- g) O não repúdio das mensagens;
- h) A não duplicação das facturas ou documentos equivalentes.
2. As funcionalidades do sistema de facturação electrónica podem ser asseguradas, no todo ou em parte, por terceiros, sem prejuízo da responsabilidade dos respectivos sujeitos passivos pelo cumprimento das normas legais aplicáveis.
3. Podem ser utilizadas uma ou mais estruturas de mensagens, as quais devem manter-se inalteradas.

Artigo 4.º

Mapa recapitulativo

1. O mapa recapitulativo respeitante às facturas e documentos equivalentes emitidos e recebidos por via electrónica contém, designadamente, os seguintes elementos:
- a) Número e data da factura;
- b) Data e hora da constituição e do envio da mensagem;
- c) Identificação fiscal do emissor e do receptor;
- d) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados;
- e) O preço, líquido de imposto;
- f) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- g) A discriminação das anomalias ocorridas durante cada transmissão;
- h) A denominação e versão do software utilizado.
2. Por solicitação da administração fiscal, o mapa recapitulativo mencionado no número anterior é facultado na íntegra ou mediante a aplicação de critérios selectivos de pesquisa de dados.
3. O acesso aos dados constantes do mapa recapitulativo pode ser efectuado através de ecrã, em suporte informático ou em papel, conforme a conveniência da administração fiscal.

Artigo 5.º

Conservação

1. As facturas e documentos equivalentes emitidos e recebidos por via electrónica, bem como o mapa recapitulativo, são conservados, sem alterações, por ordem cronológica de emissão e recepção.
2. O processamento automático efectuado pelo sistema de facturação deve incluir o registo dos dados relativos aos documentos mencionados no número anterior de forma a garantir uma transferência exacta e completa dos dados para os suportes de armazenamento.
3. Para garantia do acesso sem restrições às facturas transmitidas por via electrónica e documentos equivalentes, os dispositivos de armazenamento, software e algoritmos integrados no sistema de facturação electrónica são mantidos acessíveis durante o prazo previsto na lei para a conservação da documentação.

Artigo 6.º

Requisitos do armazenamento

O armazenamento das facturas transmitidas por via electrónica e documentos equivalentes deve garantir:

- a) A execução de controlos que assegurem a integridade, exactidão e fiabilidade do armazenamento;
- b) A execução de funcionalidades destinadas a prevenir e detectar a criação, alteração, destruição e

deterioração dos registos armazenados;

- c) A avaliação regular do desempenho do sistema electrónico de armazenamento, nomeadamente através da realização de verificações periódicas aos documentos registados;
- d) O funcionamento de um sistema fiável de recuperação dos dados em caso de incidente, testado regularmente;
- e) A reprodução de cópias legíveis e inteligíveis dos dados registados.

Artigo 7.º

Pedido

1. O requerimento dos sujeitos passivos que, nos termos da lei, pretendam utilizar um sistema de facturação electrónica deve conter, designadamente, os seguintes elementos:
 - a) O nome, firma ou denominação social, número fiscal e sede ou domicílio fiscal do requerente;
 - b) O local de acesso ao sistema de facturação electrónica que permita a Administração Fiscal ler, reproduzir e confirmar os dados armazenados;
 - c) A qualidade de emissor, receptor ou ambas;
 - d) A identificação da entidade certificadora da assinatura

digital, no caso de se tratar de emissor;

e) Os dados relativos ao certificado de assinatura do qual é titular, bem como os constantes de eventual certificado complementar;

f) A identificação e versão do software utilizado para apoio ao sistema de facturação electrónica;

g) A indicação da entidade responsável pelo desenvolvimento do software aplicativo;

h) A identificação do equipamento informático utilizado e respectivo software de base;

i) A identificação dos protocolos de comunicações e das normas técnicas aplicáveis à constituição das mensagens emitidas como facturas;

j) O modelo de contrato eventualmente a celebrar para fornecimento de soluções de apoio à facturação electrónica, o qual deve conter, no mínimo, a identificação das partes contratantes, a data prevista para o início das operações e a obrigação do fornecedor transmitir ao sujeito passivo as especificações técnicas que forem solicitadas pela Administração Fiscal nos termos do presente diploma legal e demais regulamentação aplicável.

2. Os sujeitos passivos devem comunicar a Direcção-Geral das

Contribuições e Impostos, mediante a alteração dos elementos mencionados no número anterior, qualquer modificação superveniente a introduzir no sistema de facturação electrónica.

3. O requerimento mencionado no número anterior pode ser apresentado em papel ou por via electrónica de acordo com as modalidades disponibilizadas pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Artigo 8º

Fiscalização

A Administração Fiscal pode, no exercício da acção de fiscalização, realizar testes ao sistema de facturação dos sujeitos passivos, nomeadamente com os seguintes objectivos:

a) Comparar o sistema de facturação em funcionamento com aquele que foi declarado;

b) Verificar os controlos internos, procedimentos de segurança e respectiva documentação, de acordo com as normas legalmente aplicáveis;

c) Avaliar o hardware, software e procedimentos utilizados;

d) Identificar os emissores e receptores;

e) Confirmar a integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio das mensagens emitidas e recebidas como facturas, bem como a exactidão dos mapas recapitulativos;

f) Efectuar cruzamento de informação de índole fiscal relativa a emissores e

receptores de facturas ou
documentos equivalentes
transmitidos por via
electrónica.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO
VERONA DE RODRIGUES PIRES

Artigo 9º

Referendado em 22 de Janeiro de 2007

Documentação

O Primeiro-Ministro - José Maria
Pereira Neves

1. A documentação técnica de apoio ao utilizador do sistema de facturação electrónica deve estar actualizada e disponível para consulta pela administração fiscal.
2. É facultado à Administração Fiscal o acesso à documentação respeitante, designadamente, à arquitectura, às análises funcional e orgânica e à exploração do sistema informático de apoio à facturação electrónica.

Artigo 10º

Modelos de formulários

Os modelos de formulários, que poderão revestir forma electrónica, para pedido de utilização do sistema de facturação electrónica e para declaração de alteração da configuração técnica daquele sistema são aprovados por portaria do membro de Governo responsável pelas finanças.

Artigo 11º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves - Manuel
Inocêncio Sousa – Cristina Duarte -
João Pereira da Silva